

ARQUEOLOGIA E O PÚBLICO EM SÍTIOS HISTÓRICOS: UMA REFLEXÃO*

RENATA DE GODOY**

Resumo: *este artigo expõe discussões apresentadas durante o simpósio “Arqueologia e o Público em Sítios Históricos”, que teve por princípio trocar experiências a respeito de pesquisas em sítios arqueológicos históricos e sua interação com a sociedade. Através da apresentação de estudos de caso no Brasil, pretendeu-se um diálogo com diversas e complementares formas de interação entre os mais diferentes atores envolvidos, sejam eles arqueólogos, gestores, descendentes, ou com o público em geral.*

Palavras-chave: *Arqueologia Histórica. Arqueologia Pública.*

A princípio, ao sugerir o Simpósio “Arqueologia e o Público em Sítios Históricos” na IV Reunião de Teoria Arqueológica da América do Sul, nós queríamos debater maneiras de inserção do público em projetos de arqueologia histórica e a consequente reflexão sobre os resultados alcançados ou esperados. Porém, os trabalhos enviados levantaram outras indagações não menos pertinentes e mais próximas da real prática arqueológica. Com

* Recebido em: 02.03.2014. Aprovado em: 18.03.2014. Agradeço primeiramente a Diogo M. Costa por ter proposto e coordenado o simpósio comigo e agradeço a participação de todos os pesquisadores. Agradeço, por fim, aos organizadores da VI TAAS que tornaram possível o debate e sua publicação.

** Ph.D. em Antropologia pela Universidade da Flórida/EUA. Pós-Doutoranda CAPES/UFPA.

foco primário sobre propostas envolvendo o patrimônio arqueológico do período histórico e a comunidade, este Simpósio inseriu-se como um exercício de exposição e debate para tais trabalhos. A troca de experiências no âmbito da arqueologia e do público envolvendo sítios históricos é, sem dúvida, uma rica e profícua forma de aprofundamento.

Alguns trabalhos, por exemplo, levantaram a complexa relação entre a valorização do patrimônio para indivíduos que nunca o apreciaram. Outro mostrou a difícil conexão entre moradores e usuários de um espaço urbano, quando a falta de identificação e educação impossibilita o entendimento público sobre o sítio. Houve também um primeiro exemplo, que afirmou a vontade do público em abraçar um espaço historicamente marginal, em oposição a um segundo estudo de caso, no mesmo estado. Neste, a memória viva sobre o sítio ainda é um impedimento para o arqueólogo, por tratar-se de um exemplo sombrio da história local. A seguir, estão apresentados os resumos adaptados de cada um, seguido de uma exposição acerca do trabalho que encerrou este evento.

A questão da inclusão, da participação, ou da parceria com o público em sítios históricos é demasiadamente complexa. Esta realidade se justifica pelo fato que, em muitos casos, há grande proximidade da comunidade local com o passado recente e isto pode facilitar, ou dificultar fundamentalmente a relação. Muitas vezes, a implantação de turismo, ou mesmo a proposição de tombamento de um determinado sítio, não considera a relação que a comunidade mais próxima realmente estabelece com o mesmo. Por este motivo, atualmente torna-se crítico considerar as reações e motivações deste público ao propor preservação, exposição, ou reabilitação, de modo especial se o bem estiver em risco de destruição.

PESQUISAS APRESENTADAS

A organização das apresentações visou iniciar e concluir o debate proposto e, por conseguinte, os proponentes op-

taram por apresentar no início e no final do simpósio “Arqueologia e o Público em Sítios Históricos”. Os demais trabalhos foram organizados em função da sua localização geográfica, sendo todos os estudos de caso apresentados desenvolvidos no Brasil. Dentre eles, os dois primeiros são da região Centro-Oeste, Pirenópolis/GO e Cidade de Goiás/GO; dois da região Norte, Porto Velho/RO; Belém/PA; um da região Sul Pelotas/RS, e o último trabalho visou uma reflexão metodológica não se baseando em um único estudo de caso. Infelizmente, o trabalho da região Nordeste, Sergipe intitulado “A Cidade Histórica de São Cristovão e sua relação com a Arqueologia e o Público”, de Sálvio Henrique da Rocha Costa não pôde ser apresentado, sendo este o único ausente.

Com o título *Memória e conflito nas Lavras do Abade* Diogo M. Costa apresentou parte da sua pesquisa de doutorado, Universidade da Flórida/EUA, realizada em um sítio de mineração do século XIX em Pirenópolis/GO. Trata-se de um episódio peculiar de conflito, que perdura na memória da comunidade até os dias de hoje. Em 1887 no centro-oeste brasileiro, havia uma vila de mineradores de ouro, chamada Lavras do Abade. Esta foi atacada por duas noites e três dias consecutivos pelo Arraial da Meia Ponte, vila vizinha, atual cidade de Pirenópolis.

Conforme narrativas locais, a mineração foi destruída em consequência da poluição da água do Rio das Almas, que nasce na Serra dos Pireneus. Entretanto, pesquisas conduzidas nesta área, indicaram que o patrimônio natural local não foi o único motivo de disputas relacionadas ao controle e uso dos recursos hídricos. O enfrentamento também foi motivado por disparidades econômicas e disputas políticas entre as duas comunidades.

O interesse antropológico deste estudo é também considerável, já que o sítio concentra valores das memórias coletivas, culturais e sociais das comunidades do entorno, como um lugar de lembrança e esquecimento. Este fenômeno propicia importantes percepções nas formas com que, manifesta-

ções culturais sobre a natureza são construídas e apropriadas por certos grupos, na cidade de Pirenópolis. E, uma abordagem mais sociológica, também revela diferentes perspectivas sobre sustentabilidade e política dos recursos naturais envolvendo todos os níveis desta sociedade.

Considerando esta realidade, a investigação antropológica incluiu a história oral e memória do conflito. Primeiro, a memória como mecanismo de medir o tempo usado por todas as sociedades é referenciado, seguido dos seus aspectos psicológicos e filosóficos nos atos de lembrar e esquecer.

Depois, a teoria da memória coletiva é exaustivamente revista, assim como a da memória cultural e social. Estes três paradigmas são aplicados para compreender tanto as entrevistas realizadas com os mais idosos habitantes da cidade de Pirenópolis, como as manifestações culturais desta sociedade. Por fim, os aspectos dos lugares esquecidos e da memória envergonhada e enquadrada são discutidos, bem como o uso da cultura material proveniente do sítio, enquanto o aspecto físico de recordação é revelado.

A pesquisa intitulada *Um vale de memórias chamado Goiás*, cujos autores são: Rosinalda C. da Silva Simoni, Milton Nunes V. Filho e Guilliano S. Ramos foi apresentada apenas pela primeira autora e também coordenadora. Ela contou com a colaboração da arqueóloga responsável pelo projeto de restauração da Fonte da Carioca, resultado da pesquisa desenvolvida pela superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em Goiás (IPHAN-GO).

Desde a implantação de Vila Boa, a área da Fonte da Carioca foi palco de momentos históricos importantes para a Cidade de Goiás e para a sociedade goiana. Destes momentos restam três remanescentes históricos no local: a Fonte da Carioca, que foi construído com aparatos íntegros e projeto arquitetônico, tombado isoladamente; a Estrada da Nascente, da qual resta grande parte das estruturas de pedra e calçamento e a Usina de Força & Luz Guedes e Ratto. Esta foi a primeira usina geradora de energia elétrica de Goiás, cujos alicerces

encontram-se no subsolo e foram identificadas através da pesquisa arqueológica.

A Cidade de Goiás, eleita patrimônio da humanidade pela UNESCO desde 2001, é como toda cidade secular rica em memórias. Seus casarões antigos resguardam histórias que podem ser lidas nas entrelinhas, através de acervos documentais que recontam vários momentos de sua história de fundação e ocupação. Neste sentido, a pesquisa histórica se torna um norteador para o entendimento e a validação das várias versões sobre a ocupação e desenvolvimento desta cidade, em especial dos espaços citados acima.

O que mais chamou a atenção nesta pesquisa foi o fato da autora se identificar como quilombola e ser natural da Cidade de Goiás, o que acarretou em uma percepção única sobre aquele patrimônio. Para ela a relevância destes momentos e, destas estruturas para a história de Goiás, faz da área da Fonte da Carioca um museu histórico e arqueológico a céu aberto e, parte da pesquisa que será apresentada está disponível no Eco Museu Fonte da Carioca, na Cidade de Goiás.

Raimundo Ney Gomes apresentou sua pesquisa de mestrado em andamento no Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal do Pará (PPGA/UFPA) intitulada: *Um rio, uma vila, muita história e as gentes do lugar – O sítio Vila de Santo e seu arrabalde*. Porto Velho, Rondônia. A pesquisa visa analisar este sítio arqueológico através da visão que os habitantes de suas imediações constroem sobre este lugar; bem como descobrir de que forma as percepções atuais se vinculam com a história centenária e, por vezes quase mítica, que foi construída sobre aquele espaço, onde muitas histórias foram narradas ou a tiveram como cenário.

A Vila de Santo Antônio constituiu-se no que foi, provavelmente, a maior povoação junto às margens do rio Madeira na primeira metade do século XIX, até a criação de Porto Velho, no início do século XX. De sua fundação, enquanto missão jesuítica, no fim do século XVII, ela foi descrita como um espaço degredado até a descrição acima. Então, a Vila San-

to Antônio sediou o porto onde desembarcaram os aventureiros dispostos a construir a Estrada de Ferro Madeira Mamoré. Neste período, a mesma era habitada por um grande contingente de pessoas e possuía variados edifícios, cujas funções nos chegam somente de forma parcial através de algumas crônicas de viajantes e outros documentos.

Esse local que inspirou tais descrições em nossos dias é também um inestimável sítio arqueológico que se encontra sob o impacto direto da Usina Hidroelétrica de Santo Antônio, ainda em fase de implantação. O sítio como área representativa do local, onde outrora foi fundada Santo Antônio das Cachoeiras, pode ter sua história narrada a partir de muitas fontes. Entre elas, podemos citar os relatos de viajantes, bem como documentos oficiais dos períodos coloniais e imperiais que já foram examinados em diversos estudos e compõem a historiografia concernente à ocupação e formação do atual Estado de Rondônia.

Contudo, em sua pesquisa o autor utiliza a arqueologia histórica e seu aparato teórico metodológico, para contar parte da história dos homens e mulheres que fizeram aquele lugar. Ele ressaltou que a pré-história é muito valorizada na região, e que muitas pessoas se surpreendem quando descobrem que ali também existe um patrimônio arqueológico que merece a mesma atenção. Porém, como sempre foi percebido pela comunidade como um espaço marginal, o lugar dos miseráveis, na opinião de muitos moradores ele vale mais destruído do que preservado.

Outra pesquisa de mestrado em andamento pelo mesmo programa (PPGA/UFGA) foi apresentada por Glenda Consuelo Bittencourt Fernandes com o título: *Lixo de ontem, lixo de hoje: reflexões sobre a biografia de um sítio arqueológico em contexto urbano na Amazônia*. Esta pesquisa visa mapear a dinâmica de uso e desuso deste espaço. Assim como no caso em Porto Velho/RO, descrito anteriormente, esta também se utiliza de um espaço urbano, mas que apresenta uma fundamental diferença, visto que o mesmo já foi objeto de interven-

ção arqueológica e urbanística no passado e ainda faz parte da cidade de Belém/PA, nos dias atuais.

Trata-se do sítio arqueológico histórico Igreja do Rosário Nossa Senhora dos Homens Brancos, uma capela construída no século XVII e destruída na década de 1930, localizada no Centro Histórico da capital do Pará. O sítio vem sendo impactado há vários anos, tanto pelos moradores do seu entorno, como também por frequentadores da Praça do Carmo, onde está situado.

A área do sítio exposta ao público, no âmbito de projeto de intervenção, é utilizada como depósito de lixo. Neste sentido, refletimos sobre a percepção de comunidades locais sobre o patrimônio arqueológico, considerando os objetivos do projeto, as políticas públicas que orientam tais ações e o papel da arqueologia em contextos urbanos.

O projeto *Brincando de Arqueologia em Pelotas*, de Giullia Caldas dos Anjos, apresentou resultados obtidos para seu trabalho de conclusão no Curso de Bacharelado em História da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). A pesquisa fez parte do projeto de pesquisa intitulada *O Pampa Negro: Arqueologia da Escravidão na Região Meridional do Rio Grande do Sul (1780-1888)*, coordenado pelo Prof. Dr. Lúcio Menezes Ferreira, colocando em destaque a cidade de Pelotas, tendo em vista que a mesma concentrou, em alguns períodos do século XIX, a maior população de escravos africanos, durante a expansão e desenvolvimento da indústria charqueadora.

Um ponto importante até o momento foi a possibilidade de trabalho na antiga Estância Santa Bárbara, situada no leito do arroio homônimo. Classificado como sítio arqueológico histórico ele se localiza próximo ao centro da cidade, o qual é composto de uma antiga sede, de ruínas que poderia ser uma senzala e de dois terrenos da antiga charqueada. O autor realizou o levantamento documental junto ao Arquivo Público do Rio Grande do Sul (APRS), fez entrevistas com os atuais moradores da antiga sede, também o levantamento topográfico da mesma e de todo o terreno da charqueada. Foram iniciadas

as escavações em setembro de 2011, estendendo-se até o presente momento.

A partir dos trabalhos desenvolvidos dentro do projeto O Pampa Negro, surgiu o interesse de realizar uma intervenção nos moldes da arqueologia pública. Assim, foram pensadas duas formas de ação que foram realizadas pela equipe. A primeira delas corresponde a uma pesquisa etnográfica com as comunidades no entorno da Charqueada Santa Bárbara. A segunda contempla atividades dirigidas a crianças e jovens de escolas circundantes ao sítio.

O que se pretende, a partir de agora, é compreender as representações e cosmologias das comunidades envolvidas sobre o sítio arqueológico e acerca da escravidão em Pelotas. Busca-se inserir não só as comunidades do entorno, mas também envolver as crianças e jovens estudantes nas pesquisas, de forma a destacá-los como atores no processo de investigação.

É interessante ressaltar que, durante a sua apresentação a autora ressaltou o fato da cidade de Pelotas ser valorizada historicamente como um patrimônio cultural de descendentes europeus italianos, alemães e portugueses, e que pouco é divulgado sobre a escravidão e seus descendentes, muito embora ali se concentrasse a maior população escrava de todo o estado.

A última apresentação *Consulta pública prévia: uma estratégia para a detecção de conflitos em sítios arqueológicos históricos*, de Renata de Godoy, foi inspirada por diversas situações vividas em campo nas quais o trabalho arqueológico foi direta ou indiretamente afetado, em virtude da falta de uma integração prévia com as comunidades locais. São experiências derivadas de projetos de arqueologia de contrato que, por exigirem um cronograma de execução demasiadamente curto em localidades muito diferentes da realidade do pesquisador, acabam por prejudicar o próprio andamento da pesquisa visto que, na maioria das vezes não permite que essa aproximação seja feita no tempo e de maneira adequados.

A expectativa do público em geral sobre a preservação de sítios históricos, geralmente não é considerada como um fa-

tor que auxiliaria na execução e posterior divulgação de projetos arqueológicos. Muitas vezes, a reação e o efetivo entendimento público em relação aos patrimônios culturais só acontecem com o tempo e podem acarretar rejeição. Isto acontece por parte daqueles que são considerados os maiores beneficiados das medidas tomadas pelos especialistas, em prol da proteção de um bem cultural.

Buscou-se, efetivamente, uma reflexão sobre a consulta pública prévia como uma estratégia de minimização de conflitos antes, durante, e depois da pesquisa arqueológica em ocupações do período histórico. Para tanto, foi proposta uma metodologia preventiva, visando à avaliação das expectativas e motivações de diversos públicos, através da identificação de atores direta e indiretamente envolvidos e utilização de instrumentos de coleta de dados, que almejem uma compreensão mais profunda do contexto imediato, a fim de mediar soluções que realmente beneficiem as comunidades locais em longo prazo.

UMA ESTRATÉGIA PARA DETECÇÃO PRÉVIA DE CONFLITOS E SOLUÇÕES

Muito se discute a respeito da necessidade de contextualizar o objeto de estudo do arqueólogo e sobre isso não há controvérsias. Mas pouco se fala sobre essa necessidade, quando se trata de pesquisas que envolvem o público. Na minha comunicação, o intuito foi de causar uma provocação ao inverter o papel entre pesquisador e objeto colocando a própria pesquisa como alvo. E pela resposta que obtive do pouco número de espectadores que aguentou esperar até a última apresentação percebi que ela não foi em vão.

Patrimônio cultural é sinônimo de conflito, pois envolve aspectos políticos, econômicos, culturais, afetivos e legais intimamente conectados, mas nem sempre facilmente identificáveis Howard (2003). Porém, aqui me refiro ao conflito silencioso, àquele que passa despercebido, ou que muitas vezes, o arqueólogo nunca fica sabendo, mas que acaba

por prejudicar os resultados da pesquisa em longo prazo. Ou ainda, aquele que pode realmente atrapalhar a pesquisa em andamento.

Pessoalmente, eu já me encontrei em situações de risco e sei que muitos colegas também já passaram por isso. Sei também que estas poderiam ter sido evitadas se nós tivéssemos tido a oportunidade e a perspicácia de identificar interesses e anseios de moradores antes de iniciar a pesquisa arqueológica. E este seria, sem dúvidas, o cenário ideal para proteger tanto a pesquisa quanto o próprio pesquisador. Seja do período pré-colonial, ou do período histórico, a propensão à geração de conflitos existe. Porém, entendemos que nos sítios mais recentes ainda há um fator a mais para ser considerado, pois tratam de memórias vivas, de interesses e poderes ainda latentes e que por isso merecem maior atenção.

Os motivos de se fazer uma leitura tão aprofundada das comunidades localizadas em torno de sítios históricos são muitos e aqui, como parte da provocação, listo apenas aqueles que estão interligados ao andamento das pesquisas. Buscar entender diversas expectativas do público tende a diminuir frustrações e rejeição das pessoas em relação aos resultados do trabalho. Identificar suas motivações, muitas vezes com viés político ou econômico e com forte poder de atrapalhar o trabalho arqueológico seria uma estratégia com antecipação de problemas. Compreender a dinâmica local, certamente facilita a comunicação com o público, bem como sua eventual inserção na pesquisa e seus resultados.

Sugiro como estratégia tal leitura antes, durante e depois da pesquisa arqueológica. Antes, porque antecipar problemas que possam atrapalhar a pesquisa ajuda a preservar o cronograma e a integridade da equipe. Durante, porque minimizar a influência negativa da pesquisa arqueológica tem o poder de evitar que terceiros prejudiquem o andamento das pesquisas. E depois, no intuito de maximizar os benefícios derivados da pesquisa arqueológica que, por conseguinte, garantirá a integridade da cultura material e dos dados.

Proponho o levantamento de dados qualitativos para atingir esses objetivos. Mais especificamente: a aplicação de métodos de levantamento de dados rápidos utilizando fontes diversas a fim de garantir a idoneidade dos resultados, aqui denominado como Procedimentos de Investigação Etnográfica Rápida (PIER), originalmente denominada *Rapid Ethnographic Assessment Procedures* (REAP), mas já utilizadas em pesquisas para desenvolvimento rural no Reino Unido, desde a década de 1970 (LOW; TAPLIN; SCHELD, 2005). Algumas estratégias propostas pelas autoras a serem combinadas em uma pesquisa do tipo PIER, são pesquisas documentais; entrevistas individuais; em grupo; mapeamentos; comportamental; de vestígios; de uso e observação participativa, entre outras. Tal metodologia já foi aplicada em pesquisa de arqueologia pública com bons resultados. Para maiores detalhes procurar Godoy (2012).

Essa metodologia prioriza o levantamento de dados em projetos de desenvolvimento com tempo e recursos limitados e é considerada essencialmente prática, pois não serve para gerar teoria, porém, deve atingir soluções mais racionais em situações reais. Na antropologia, estes métodos estão historicamente associados ao que se chama de *action anthropology*, em áreas que necessitam de soluções efetivas sem a elegância teórica. Eles foram aplicados primeiramente para a coleta de dados sociais e culturais muito específicos e em contextos que mudam rapidamente.

Nos EUA têm sido muito utilizados em pesquisas de impacto ambiental que objetivam a inclusão do público nos processos de tomadas de decisão. O seu uso vem sendo explicitamente citado em pesquisas nos parques nacionais e urbanos deste país, com objetivo de promover e aumentar as relações entre os administradores dos parques com as comunidades locais (LOW; TAPLIN; SCHELD, 2005).

Vale ressaltar que o PIER não é uma boa estratégia quando se objetiva uma leitura ampla da população como um todo, pois ele não produz resultados extensos ou onipresentes. E, diferentemente dos métodos qualitativos tradicionais, sua

aplicação prioriza mais de um pesquisador, geralmente equipes multidisciplinares, e resultados muito mais rápidos. Outra vantagem desta metodologia é a possibilidade de triangulação dos dados e assim a produção de um diagnóstico mais imparcial e holístico. Como exige diferentes tipos de dados ele também minimiza a influência dos participantes nos resultados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Simpósio “Arqueologia e o Público em Sítios Históricos” teve como objetivo trocar experiências sobre pesquisas em patrimônios arqueológicos históricos que tenham inserido o público, direta ou indiretamente. Foi interessante constatar que os exemplos apresentados mostraram uma espécie de radiografia de pesquisas recentes em todas as regiões do Brasil e que os pesquisadores representaram todos os níveis de formação, graduação, mestrado e doutorado, bem como apresentaram métodos inovadores e diferenciados para envolver o público.

Nota-se uma clara mudança de comportamento dos pesquisadores quanto à necessidade de se compreender melhor os anseios do público. O que há pouco tempo era apenas uma obrigação, ou para alguns ainda é um dever moral, agora tem se mostrado mais como uma questão de interesse em novas pesquisas.

Identificar ou fomentar o interesse das comunidades, sejam eles descendentes ou não, abre um grande precedente para o diálogo entre arqueólogos e o público. Além disso, é uma oportunidade única destas populações assegurarem seu direito de acessar os dados, e de quem sabe ainda, decidirem sobre a gestão de bens culturais diretamente ligados ao seu passado, no caso dos sítios históricos.

A Arqueologia é uma das poucas ciências que tem o poder de dar voz aos grupos que tiveram seus direitos limitados no passado, ou que ainda os têm no presente. Ela também é a única capaz de recuperar as informações daqueles que viveram numa época onde não se mantinha registros de suas

tradições (SMITH, 2006, p. 134), como no caso de grupos indígenas, no mundo inteiro. Ou daqueles, cuja história só se sabe através do discurso de seus algozes, conforme estudo feito sobre os escravos no Brasil. É através da arqueologia que as populações indígenas têm a chance de escrever a sua própria história e que os grupos excluídos da historiografia oficial têm a chance de acessar seu passado de forma digna.

A interação entre pesquisadores e o público, especialmente na arqueologia, é um assunto já inquestionável. Aproveitar a oportunidade de envolver o público leigo na pesquisa quer seja através da educação patrimonial, ou da formação de parcerias, é uma grande ocasião de mostrar ao público a relevância social da mesma no mundo atual (LUCAS, 2004; MCDAVID, 2004; SHACKEL, 2004). É um modo de tornar a disciplina democrática, socialmente relevante e de mostrar o significado do trabalho do arqueólogo para a sociedade. Afinal, qual seria o intuito de se estudar o passado se não o de beneficiar as sociedades do presente? (LITTLE, 2002).

ARCHAEOLOGY AND THE PUBLIC IN HISTORIC SITES: AN EVALUATION

Abstract: the symposium intended to exchange experiences among researches involving the public in archaeological historical sites. Throughout the presentation of Brazilian case studies the goal was to establish a dialogue among diverse as well as complementary ways to integrate all kinds of stakeholders, including archaeologists, heritage managers, descendants and the general audiences.

Keywords: Historical Archaeology. Public Archaeology. Cultural Heritage Management.

Referências

GODOY, Renata. *Assessing heritage values: public archaeology in Brasília*. Saarbrücken: Lambert Academic Publishing - LAP, 2012.

HOWARD, Peter. *Heritage: management, interpretation, identity*. Bodmin, Cornwall: MPG Books Ltd, 2003.

LITTLE, Barbara J. Archaeology as a shared vision. In: LITTLE, Barbara J. (Ed.). *Public Benefits of Archeology*, Gainesville: University of Florida Press, 2002.

LOW, Setha M.; TAPLIN, Dana; SCHELD, Suzanne. *Rethinking urban parks: public space and cultural diversity*. Austin: University of Texas Press, 2005.

LUCAS, Michael T. Applied archaeology and the construction of place at Mount Calvert, Prince George's County, Maryland. In: SHACKEL, Paul A., CHAMBERS, Erve J. (Ed.). *Places in mind: public archaeology as applied anthropology*, London; New York: Routledge, p. 119-134, 2004.

MCDAVID, Carol. From traditional archaeology to public archaeology to community action. In: SHACKEL, Paul A., CHAMBERS, Erve J. (Ed.). *Places in mind: public archaeology as applied anthropology*. London; New York: Routledge. 2004. p. 35-56.

SHACKEL, Paul. A. Working with communities – Heritage development and applied archaeology. In: SHACKEL, Paul A., CHAMBERS, Erve J. (Ed.). *Places in mind: public archaeology as applied anthropology*. London; New York: Routledge. 2004. p. 1-16. Introduction.

SMITH, George S. The role of archaeology in presenting the past to the public. In: RUSSEL, Ian (Ed.), *Images, representations and heritage: moving beyond modern approaches to archaeology*. New York: Springer, 2006. p. 123-137.